

EM DEBATE

Opinião Pública e Conjuntura Política

2010

Um Periódico do Grupo de Pesquisa “Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral”

DOSSIÊ: “OS BASTIDORES DE UMA ELEIÇÃO SEM LULA”

Helcimara Telles

Victor de Angelo

José Alvaro Moisés

Idelber Avelar

Sylvia Iasulaitis

Rejane Carvalho

OPINIÃO

Márcia Miranda Soares

RESENHA

Regys Rodrigues da Mota



Periódico Eletrônico do
Grupo de Pesquisa de “Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento
Eleitoral”

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha - CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-5007



Ano 2, n. 9, Setembro de 2010 ISSN 2176-4883

ENTRE CONTINUIDADE E OPOSIÇÃO: A CAMPANHA DE MARINA SILVA À SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Between continuation and opposition: Marina Silva's campaign to the presidential succession

Sylvia Iasulaitis

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

✉ sylviaiasulaitis@yahoo.com

Empunhar a bandeira da sustentabilidade, se apresentar como a sucessora que agregará as conquistas econômicas e sociais dos últimos dezesseis anos e atribuir equivalência aos polarizadores da competição eleitoral para despontar como a alternativa da política brasileira: esses são os principais eixos balizadores da campanha presidencial de Marina Silva em 2010.

O perfil da candidatura de Marina Silva à Presidência da República começou a se desenhar, de fato, imediatamente após sua saída do PT, em agosto de 2009. A principal alegação consistiu no fato de que o PT, apesar de ter se constituído como um partido portador de uma visão progressista, não foi capaz de integrar a questão da sustentabilidade como uma bandeira estratégica e atualizar suas plataformas políticas para os temas do século XXI. Pouco antes de formalizar sua desfiliação, Marina Silva entregou a pasta de ministra do Meio Ambiente, cargo que ocupou de 2003 a meados de 2009, fato atribuído à ausência de uma estratégia governamental de conceder transversalidade à agenda ambiental, agravada pela tentativa empreendida pelo governo para revogar o plano de combate ao desmatamento.

Em suas cartas de demissão do governo e desfiliação do PT, bem como em suas declarações públicas, Marina Silva procura suavizar a sua saída do partido e do governo que a mesma ajudou a construir. Desta forma, a militante histórica do movimento socioambiental e fundadora da CUT no Acre, procura

manter viva uma relação que mobilizou toda uma geração ao longo de três décadas na luta pelos direitos sociais, pela defesa do meio ambiente, cujo tópico principal era o desmatamento da Amazônia. A defesa destas bandeiras, ao mesmo tempo em que provocou reveses como a morte de Chico Mendes, possibilitou que lideranças do movimento dos seringueiros, como Marina Silva, se projetassem nacionalmente. Sua reputação continuou a ser construída em mandatos de vereadora, deputada estadual e senadora, eleita sempre com votações recordes, o que deu legitimidade para que esta viesse a assumir o Ministério do Meio Ambiente no governo Lula, cuja função lhe conferiu prestígio internacional. Esta trajetória possibilitou que Marina Silva se cacifasse para disputar a Presidência da República, com o candidato a vice Guilherme Leal, bem-sucedido empresário do ramo cosmético e ativista socioambiental, neófito na política partidária.

O destino ao Partido Verde era altamente presumível para Marina Silva dar continuidade à sua trajetória política, considerando que as principais agremiações nacionais já dispunham de postulantes próprios à presidência ou estavam estruturados em alianças políticas em torno das candidaturas de Dilma Rousseff, do PT e de José Serra, do PSDB. Os pequenos partidos de esquerda do cenário brasileiro (como PCB, PCO, PSTU e PSOL), por sua vez, não seriam destinos viáveis, por não contemplarem a preocupação ecológica entre suas principais bandeiras. Historicamente, às esquerdas, fortemente influenciadas pelo marxismo, coube a denúncia da situação de exploração vivenciada pelo proletariado e a polarização entre as classes sociais no seio do sistema capitalista, cujos problemas, portanto, deviam ser procurados e combatidos no âmbito da economia política. O ecossistema, que ainda mostrava poucos efeitos deletérios da ação humana no século XIX, encontrava-se relegado no plano de idéias. Já o Partido Verde abarca, desde a sua fundação, os conceitos de sustentabilidade, ao passo que não defende transformações estruturais de grande monta.

Outro elemento a se ressaltar é o fato de que era bastante confortável que a ex-ministra do Meio Ambiente migrasse para um partido que viabilizasse sua candidatura e pudesse fazer alguns questionamentos apontando as limitações, e não uma oposição veemente ao PT e ao governo Lula. Este posicionamento em relação ao governo Lula pode ser apontado como um dos aspectos que explica que o flerte para uma aliança com o PSOL não tenha se efetivado, visto que Marina e seu novo partido não estavam dispostos a recolocarem na agenda de campanha a plataforma política que dominava o programa do PT nos anos oitenta. Desta forma, é possível perceber que esta candidatura não insere no seu

horizonte programático, por exemplo, a defesa de um processo de transformação no sentido de romper com o capitalismo. Apesar de criticar o discurso positivista de progresso típico dos séculos XIX e XX contidos nos programas adversários, o máximo que o seu programa sinaliza é um desenvolvimento com sustentabilidade. Embora em sua plataforma de sustentabilidade esteja contida uma crítica ao consumismo predatório – nuance socialista –, Marina Silva não adota uma postura anti-sistêmica, e sim a correção das imperfeições.

Ao realizar uma análise conjuntural, é recorrente que a candidata balize sua avaliação retomando as gestões dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, tributando ao primeiro o mérito da criação do Plano Real que propiciou a estabilização da economia e ao segundo consideráveis melhorias nos indicadores sociais. Assim, enfatiza o intuito de agregar tais conquistas, incluindo um elemento central que faltou a seus antecessores: a visão sustentável.

E é neste sentido que Marina Silva, para quem o atual pleito assume um formato plebiscitário, intenciona se projetar como uma candidata singular no cenário político por não se posicionar na disputa como opositora e tampouco como continuadora, mas como a legítima sucessora de Lula, a partir da compreensão de que um verdadeiro sucessor é aquele que integra conquistas e corrige os equívocos. Assim, busca se diferenciar dos principais candidatos que polarizam a competição, Dilma e Serra, atribuindo equivalência a ambos, que a seu ver possuem um perfil gerencial, são auto-centrados, protagonistas de campanhas com uma chantagem emocional e estão presos às bandeiras puramente desenvolvimentistas típicas dos séculos XIX e XX, ao passo que se auto-intitula a candidata com o perfil mais próximo ao de Lula, uma “Silva” de origem humilde, uma figura eminentemente do povo.

No que se refere a questões polêmicas, Marina Silva tem buscado agir de forma cautelosa, na medida em que procura se equilibrar entre a sua posição religiosa e a sua trajetória de militante de esquerda identificada com as bandeiras das minorias. Quando questionada sobre sua posição, por exemplo, sobre pesquisas com células-tronco embrionárias, descriminalização das drogas, legalização do aborto, adoção de crianças por casais homossexuais, afirma não ter posição definida e advoga plebiscitos para discutir temas controversos, o que soa como uma estratégia para não se indispor com os dois públicos. No que tange à sua posição sobre LGBTs, ressalta seu respeito às diferenças apesar de não ser favorável ao casamento gay, o que considera um sacramento; não obstante, afirma que o Estado laico deve assegurar a todos direitos civis, deste modo

procura amenizar sua posição defendendo a união civil entre homossexuais.

Quanto às cotas raciais e à reforma agrária – desde que a luta pela terra não extrapole o Estado Democrático de Direito - posiciona-se favoravelmente. Já sobre grandes reformas políticas, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, também não se posiciona e defende uma espécie de constituinte exclusiva para debatê-las.

Do ponto de vista programático, Marina Silva e o PV não apresentam propriamente um programa de governo, e sim diretrizes governamentais que, embora muito bem formuladas por diversos especialistas, não contemplam aspectos de exequibilidade. Embora reconheçam esta deficiência, afirmam a opção por uma plataforma aberta para o debate, para viabilizar a construção colaborativa do programa de governo. Alegam, ainda, desconhecimento do orçamento da União, o que teria inviabilizado a apresentação de programas e ações específicas, visto que envolvem amparo legal, mudanças institucionais e a existência de uma base política para implantá-las.

Quanto às propostas, o ponto primordial da candidatura de Marina Silva é a defesa de um modelo de desenvolvimento associado à noção de sustentabilidade, que propicie uma economia de baixo carbono e leve em consideração as pessoas e o planeta, o que confere à sua candidatura um simpático apelo universalista. Na área social, Marina busca inovar propondo uma terceira geração de programas sociais. O programa de primeira geração era assistencialista e consistia na cesta básica, o de segunda, no Bolsa Família, de transferência direta de renda com contrapartida dos beneficiários. Já a terceira geração deve promover a inclusão produtiva, onde se prevê um alto investimento em educação, cujo objetivo é a capacitação profissional para inserção dos beneficiados no mercado de trabalho, de acordo com os potenciais de cada família.

Para empreender suas diretrizes de governo, aponta duas condições determinantes: um sistema político que cumpra apenas um papel de mediador do debate nacional e uma governabilidade mediante a participação popular e a uma base suprapartidária. Portanto, para conciliar a possibilidade de um modelo administrativo que busque eliminar a corrupção com a inexorabilidade de estabelecer alianças políticas para garantir a governabilidade, apesar de a candidata destacar que a sua prioridade número um é construir alianças com a sociedade, sem explicitar como, a mesma aponta que fará uma composição governamental levando em consideração as melhores cabeças do PT e do PSDB.

Este realinhamento partidário histórico, que mexeria com a dinâmica da polarização política que caracterizou a disputa nacional nas duas últimas décadas,

para Marina Silva, eximiria seu governo de ficar refém de práticas fisiológicas e garantiria uma governabilidade baseada em alianças programáticas.

Ao defender um Estado mobilizador, nem mínimo e nem máximo, Marina Silva apresenta-se como uma típica liderança do século XXI, cuja concepção passa por um processo de mediação e não de condução dos processos políticos. Para a candidata verde, os partidos não ocupam mais o centro do processo político da sociedade em rede. Considerando que sua plataforma não é elaborada, apenas aponta diretrizes, esta proposta da candidatura de Marina Silva do político como mediador permite duas leituras: 1) a visão de uma sociedade virtuosa contraposta ao Estado, cujos representantes devem ter seu papel diminuído para assumir apenas o papel de mediadores ou 2) a de uma sociedade amorfa e inorgânica, que necessita da intervenção do Estado para se articular.

Quando as diretrizes de Marina Silva enfatizam a generosidade da sociedade, sua proposta resvala para uma visão altamente mistificadora e idealizada da sociedade e maniqueísta da política, onde se toma a sociedade como o pólo da virtude cívica, que deve ser contraposta ao Estado, visto como o portador de todos os defeitos. Cabe ressaltar, no entanto, que esta compreensão, típica do período pós-ditatorial, não leva em consideração uma sociedade extremamente complexa, que se caracteriza, neste país de dimensões continentais, pela heterogeneidade e por ser permeada por ambivalências de todos os tipos. As práticas autoritárias e clientelistas vigentes no Estado certamente encontram espaços significativos também no interior da sociedade que não é, portanto, imune a elas.

Por outro lado, a segunda interpretação subjacente inscreve-se na ordem de uma cidadania regulada pelo Estado, a partir de uma compreensão elitista da política de uma sociedade que não tem competência de participar da política de forma autônoma. Esta foi a compreensão histórica das elites políticas, que interpretavam a sociedade como incapaz de estabelecer sua própria ordem; caberia, então, ao Estado fazê-lo. Não é possível perceber na proposta da candidatura de Marina Silva o lugar a ser ocupado pelos institutos democráticos de representação da sociedade.

Esta compreensão de político como mediador não desenvolve os temas complexos a ela subjacentes, visto que não esclarece como realizar esse processo de mediação, no sentido de incluir todos os potencialmente concernidos e como se nesta arena não se inscrevessem relações de poder. Esse debate no interior da sociedade não ocorre em termos ideais e não se realiza em pé de igualdade; ao

contrário, verifica-se a distribuição desigual de competências técnicas, de recursos financeiros e de habilidades educacionais que findam por criar barreiras que excluem pessoas ou grupos da formulação de suas demandas para apresentá-las na arena pública.

Se por um lado é altamente salutar a visão da participação popular nos assuntos públicos, tais propostas devem ser melhor explicitadas para não soar apenas como um chavão e cair no vazio.

Em relação à maneira como vem empreendendo sua campanha, verifica-se que Marina Silva tem trabalhado basicamente em duas vertentes: acionar o endosso de artistas famosos e apostar em uma militância multiplicadora. Em relação à primeira estratégia, Marina Silva tem explorado fortemente as aparições públicas de artistas e figuras midiáticas, ostentando o apoio de nomes consagrados de nossa cultura.

No que concerne à segunda estratégia, de apostar em uma militância multiplicadora, percebe-se que Marina Silva busca ressignificar, em outro partido, o *modus operandi* das campanhas eleitorais do PT no início de sua trajetória, onde se priorizava a relação com a militância não profissionalizada e com os movimentos sociais e, ao mesmo tempo, unir essa experiência dos idos tempos de campanhas militantes do PT à inspiração paradigmática da campanha bem-sucedida de Barack Obama à presidência dos EUA.

Deste modo, sua coordenação de campanha tem incentivado a criação das denominadas “Casas de Marina”, que são pontos de apoio não institucionais, cujo intuito é criar um movimento de “marineiros” que utilizem seu potencial criativo para mobilizar amigos e vizinhos e difundir a campanha em todo o país.

No que se refere ao uso das mídias, por não ter constituído uma política de alianças para sua candidatura, Marina Silva dispõe de um pífio tempo de TV, apenas um minuto e meio no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita. Para compensar este quadro, tem apostado no potencial da Internet, cujo interesse é viral, para criar um ciclo positivo e um efeito “bola de neve” de mobilização, encorajando os cidadãos a participarem de forma mais intimista de sua campanha.

A campanha *online* de Marina Silva, assumidamente inspirada na campanha de Obama, é desenvolvida basicamente a partir do portal minhamarina.org.br (a exemplo do MyBo), muito bem elaborado e altamente interativo, que abre espaço à participação dos cidadãos para que postem comentários e perguntas à candidata

e coordenadores de campanha, ofereçam contribuições às diretrizes de governo, interajam com os participantes de encontros realizados ao vivo, denominados “Salas de Marina”, para debater diversos temas, dentre outras possibilidades.

O *website* de Marina busca romper com as barreiras espaço-temporais para o engajamento e a mobilização e tornar muito fácil que apoiadores entrem em ação e contribuam com a campanha. Outro objetivo é subsidiar as respostas e argumentos dos militantes. Chama atenção o “mapa do movimento Marina Silva”, cujo intuito é possibilitar que os voluntários tracem planejamento de ações conjuntas com outros apoiadores residentes na mesma área geográfica, a partir do código de endereçamento postal. Esta ferramenta é análoga àquelas que foram utilizadas na campanha de Obama e também de Howard Dean, que utilizou o Meetup.com. A gestão de redes sociais também tem sido um elemento proeminente em sua campanha para se aproximar principalmente do eleitorado jovem.

A *Obamania* incentivou, ainda, uma estratégia de angariação de fundos pela Internet. O intuito tem sido aumentar o potencial de arrecadação e criar um novo perfil de doadores. No entanto, não é provável que o potencial de mobilização e arrecadação *online* sejam determinantes para Marina Silva, ao contrário do que foi nos Estados Unidos. Percebe-se que na campanha de Marina Silva as doações *online* têm aumentado ainda timidamente seu potencial de arrecadação, adquirindo um efeito mais simbólico.

A campanha online de Marina adotou um sistema de pontuação que mensura o quanto se está colaborando com a campanha e apresenta outros elementos inovadores, como o jogo interativo “Um Mundo”, que foi idealizado para divulgar de forma viral as plataformas políticas da candidatura de Marina Silva, com uma lógica semelhante à de outros jogos que já são sucesso nas redes sociais, a exemplo do Farmville, do Facebook.

A partir do cenário atual da campanha eleitoral, apesar de Marina Silva estar se dedicando à estratégia de chegar ao segundo turno, é improvável que sua candidatura entre fortemente em rota de colisão com os demais postulantes. Por um lado, não lhe interessa entrar em atrito com José Serra, pois o mesmo não tem se mostrado viável do ponto de vista eleitoral e para viabilizar a sua ida ao segundo turno não bastaria apenas tirar votos do Serra – seria necessária uma mudança na correlação de forças com enfraquecimento do bloco liderado por Dilma e Lula. Porém, no processo real da campanha política, até o momento, Marina não tem tido uma postura de se opor firmemente à Dilma Rousseff e não

há nada que indique que ela procederá desta forma daqui para frente. Considerando que a candidatura de Marina Silva não ultrapassa o patamar de 10% do eleitorado, seus esforços daqui para frente serão centrados em torno de uma vitória política, visto que a vitória eleitoral parece bastante improvável e possivelmente não está sendo encarada como um objetivo tático imediato, mas como parte de uma estratégia de médio prazo. Neste sentido, é possível sugerir que os holofotes da sua campanha já começam a ser apontados para 2014.